



SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente





SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas	11

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui registrado o montante de R\$ 444.584 mil referente aos ativos de contrato vinculados aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica. Esses valores refletem o direito que a companhia possui de receber um ativo advindo do investimento realizado na infraestrutura de sua concessão que se encontra em construção. Adicionalmente, a Companhia também avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (*IFRS 15 – Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria. Devido à relevância dos valores e julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) a avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) a análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos contratos de concessão verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, bem como o valor presente dos fluxos de recebimento futuro descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação projetos de construção: (a) a análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) a avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vi) a análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vii) a análise da eventual existência de contrato oneroso; (viii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (ix) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela Diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3, 7, 15 e 16, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

- Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-015199/F



Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC-RJ093771/O

Balanços patrimoniais
 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.261	60.796
Contas a receber de clientes	5	5.246	4.187
Tributos a recuperar	6	3.721	2.092
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	41.191	46.982
Adiantamentos diversos		192	373
Despesas antecipadas		18	267
Total do Ativo Circulante		78.629	114.697
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	403.393	407.546
Depósitos judiciais e cauções		373	-
Despesas antecipadas		-	117
Outros ativos não circulantes		-	10
Total do Ativo Não Circulante		403.766	407.673
Total do Ativo		482.395	522.370
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	1.658	3.857
Impostos corrente a pagar		632	477
Encargos setoriais		364	152
Debêntures	9	9.814	15.446
Dividendos a pagar	10	786	572
Contrato de mútuo - parte relacionada		-	1.106
PIS/COFINS diferido	11	1.503	4.346
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	12	1.269	-
Outros passivos circulantes		69	25
Total Passivo Circulante		16.095	25.981
Não Circulante			
Debêntures	9	310.994	295.809
PIS/COFINS diferido	11	14.724	37.622
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	12	12.424	32.535
Provisão contingente	13	6.747	-
Total Passivo Não Circulante		344.889	365.966
Patrimônio Líquido			
Capital social	14	65.011	65.011
Reserva legal	14	5.097	3.735
Reserva de lucro	14	51.303	61.677
Total Patrimônio Líquido		121.411	130.423
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		482.395	522.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados dos exercícios
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	15	56.966	87.324
Custos dos bens construídos e serviços prestados	16	(11.131)	(23.688)
Resultado operacional bruto		45.835	63.636
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	17	(2.615)	(3.242)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		43.220	60.394
Despesas financeiras	18	(40.011)	(52.983)
Receitas financeiras	18	5.196	2.598
Resultado financeiro líquido		(34.815)	(50.385)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social			
		8.405	10.009
Contribuição social diferida	12	3.811	(840)
Imposto de renda diferido	12	15.031	(2.314)
Resultado líquido do exercício		27.247	6.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	27.247	6.855
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	27.247	6.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reserva de lucro	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2021	65.011	55.230	3.392	-	123.633
Resultado do exercício	-	-	-	6.855	6.855
Constituição de reservas	-	6.447	343	(6.790)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(65)	(65)
Saldo em 31 dezembro 2021	65.011	61.677	3.735	-	130.423
Resultado do exercício	-	-	-	27.247	27.247
Constituição de reservas	-	25.626	1.362	(26.988)	-
Dividendos pagos	-	(36.000)	-	-	(36.000)
Dividendos propostos	-	-	-	(259)	(259)
Saldo em 31 dezembro 2022	65.011	51.303	5.097	-	121.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa
 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social	8.405	10.009
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Juros sobre debêntures tomados	34.038	44.305
Encargos sobre debêntures	143	-
Provisão (reversão) de contingências	264	-
Receita diferida	(17.490)	(61.742)
Custo diferido	14.408	20.587
Tributos diferidos	1.695	8.656
Rendimento sobre aplicação financeira	(5.450)	(2.598)
	36.013	19.217
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(1.059)	(1.206)
Depósitos judiciais	(363)	-
Adiantamentos	181	1.066
Despesas antecipadas	367	255
Tributos a recuperar	(1.629)	(644)
Proventos e encargos a pagar	-	(1.420)
Fornecedores e outras contas a pagar	(2.199)	(8.000)
Impostos correntes a pagar	147	(5.260)
Contas a pagar - parte relacionada	(1.106)	1.106
Obrigações Trabalhistas e Sociais	(9)	(43)
Encargos setoriais	211	23
Outros passivos	59	51
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	30.613	5.145
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras e recursos financeiros	5.450	2.598
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(7.925)	(19.549)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(2.475)	(16.951)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de debêntures	(8.336)	(70)
Juros pagos de debêntures	(16.292)	(7.335)
Dividendos pagos	(36.045)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(60.673)	(7.405)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(32.535)	(19.211)
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	60.796	80.007
No final do exercício	28.261	60.796
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(32.535)	(19.211)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “SE Vineyards”), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia estabelecida com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, 440, sala 1.801, Botafogo. com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia passou a ser controlada pela V2i Energia S.A (V2i ou Grupo V2i) desde 13 de Maio de 2022 quando foi adquirida já em fase operacional pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia após o processo de reorganização societária, onde a Vineyards Participações S.A foi incorporada.

1.2. Da concessão

Em 24 de abril de 2017, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 05/2016 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 31/2017 foi assinado em 11 de agosto de 2017, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação comercial.

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Rio Grande do Sul:

- (i) Transmissão Lajeado 2 - Lajeado 3, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 16,4 km, com origem na Subestação Lajeado 2 e término na Subestação Lajeado 3;
- (ii) Linha de Transmissão Lajeado 3 - Garibaldi, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 47 km, com origem na Subestação Lajeado 3 e término na Subestação Garibaldi;

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Da concessão--Continuação

- (iii) Linha de Transmissão Candiota 2 - Bagé 2, circuito simples, com extensão aproximada de 49 km, com origem na Subestação Candiota 2 e término na Subestação Bagé 2, pela SE Lajeado 3 230/69-13,8 kV, 2 x 83 MVA;
- (iv) SE Vinhedos 230/69-13,8 kV, 2 x 165 MVA;
- (v) Conexões de Unidades de Transformação, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos.

A Companhia energizou em 12 de janeiro de 2020 o principal trecho do projeto localizado no Rio Grande do Sul (RS), integrando ao sistema elétrico do estado às linhas de 230 kV Lajeado 2 - Lajeado 3 e Lajeado 3 - Garibaldi, além da nova subestação de Lajeado 3 (230kV/69kV), com a energização deste trecho (elemento 1) acontecendo sem pendências técnicas e antecipando a entrada em operação comercial em 32 meses. A energia está disponível no Sistema Interligado Nacional (SIN) e viabilizou à Companhia solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a emissão de seu Termo de Liberação Definitivo (TLD), que atesta a qualidade do projeto e permite à concessionária o recebimento proporcional da Receita Anual Permitida (RAP), no montante de R\$23.537.

A linha de Transmissão Candiota 2 - Bagé 2, está concluída, no entanto a entrada em operação depende da SE Candiota 2 que tinha previsão de término no início de dezembro de 2021. Contudo, existia uma dependência da Transmissora Chimarrão para que seja efetivamente energizada. O elemento 2 foi energizado em 27 de junho de 2021.

O elemento 3 foi concluído em 27 de janeiro de 2022 e dessa forma o projeto ficou pronto para sua entrada em operação.

1.3. Receita Anual Permitida – RAP

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.895 de 13/07/2021. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$41.498 para o ciclo anual entre 1º de julho de 2022 e 30 de junho de 2023.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

1.4. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeira, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações tem capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2023.

2.2. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.3. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Nota explicativa 14 - Impostos Diferidos: Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido; e

Nota explicativa 8 - Ativo de Contrato: Contabilização de contratos de concessão;

1. Estimativas e Premissas

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--continuação

Ativos financeiros--Continuação

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2021, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--continuação

Passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3 Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Arcoverde regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3 Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- ii. Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3 Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.5. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

" I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e

b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;"

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.9. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.10. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3. “Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual”

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.11. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro real. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

3.13. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.14. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

3.15. Reclassificação de saldos comparativos

Após reavaliação e objetivando corrigir a classificação de caixa das atividades operacionais, de investimento e financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia está rerepresentando a demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, alinhada com a aplicação do CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro.

A reclassificação relevante foi de R\$ 19.549 referente a custo diferido – Ativo de Contrato entre os grupos de Operacional e Investimentos.

Ressalta-se que a reclassificação não impacta o montante total do fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Banco	2.608	4.119
Aplicação financeira (i)	25.653	56.677
Total	<u>28.261</u>	<u>60.796</u>

- (i) As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, remuneradas pelo CDI, 99% a 103% em 2022 e 99% a 103% em 2021, cuja rentabilidade até 31 de dezembro de 2022 foi de R\$5.450 (R\$2.710 em 31 de dezembro de 2021).

5. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Concessionárias e permissionárias (i)	3.856	4.076
CDE (ii)	1.362	111
DIT	28	-
Total	<u>5.246</u>	<u>4.187</u>

- (i) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$1.219 mil em 05/01/2023, R\$371 mil em 15/01/2023, R\$2.863 em 25/01/2023 e R\$354 mil em 05/02/2023.
 (ii) O saldo apresentado refere-se ao repasse CDE que recebemos como bonificação de adimplência da CCEE.

Durante o ano de 2022, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que elas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

6. Tributos e contribuições a compensar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda	3.038	169
Imposto de renda retido na fonte	278	1.654
Contribuição social	65	65
Contribuição social retida	92	55
PIS retido	69	27
COFINS retido	179	122
Total	<u>3.721</u>	<u>2.092</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Descrição	Vineyards
Linhas de Transmissão	
Margem de construção	32,13%
Margem de operação e manutenção	34,13%
Taxa de remuneração	2,00%
Índice de correção dos contratos	IPCA
RAP Anual	37.659
Ativo de contrato 31/12/2021	454.527
Receita de construção	8.456
Receita de construção – margem	2.717
Receita de operação e manutenção	4.243
Receita de operação e manutenção – margem	85
Remuneração do ativo de contrato	53.887
RAP realizada	(42.540)
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada (i)	(9.357)
Ativo de contrato 31/12/2022	472.018
Impacto da mudança tributária (PIS/COFINS Diferido) (ii)	(27.434)
Ativo de contrato atualizado	444.584
Circulante	41.191
Não circulante	403.393

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Concessão do serviço público (ativo de contrato)--Continuação

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o

cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas 3.067 e 2.895, respectivamente, foi de R\$ 44.670 para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 39.980 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022, sendo R\$6.440 referentes ao empreendimento SE 230/69kv Vinhedos que entrou em operação em agosto de 2021 e R\$5.259 referentes ao empreendimento LT 230/69kv Candiota 2 – Bagé 2 que entrou em operação em janeiro de 2022.

(i) O valor de (7.374) refere a uma mudança de estimativa no cálculo do ativo de contrato, com relação a padronização do cálculo para as companhias do grupo, onde se faz pelo valor histórico do ativo de contrato sem realizar a atualização da RAP e IPCA visto que a metodologia utilizada pela companhia é de reconhecer esse saldo direto no resultado. e o valor de (1.983) refere-se a diferença entre o valor que foi orçado de reconhecimento de RAP e o valor que foi realizado.

(ii) A administração realizou um estudo e resolveu mudar a tributação de lucro presumido para o lucro real, sem a expectativa de retorno, com isso foi necessário realizar o recalcule do gross-up onde alterou os saldos das contas de ativo de contrato e de passivo fiscal diferido.

8. Fornecedores

A composição do saldo de fornecedores foi a seguinte:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão de fornecedores	855	3.334
Retenções contratuais	45	61
Diversos	758	462
Total	<u>1.658</u>	<u>3.857</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Debêntures

a) As debêntures são composta da seguinte forma:

Credor	Encargos	Data final	31/12/2022	31/12/2021
2ª Emissão de debêntures	IPCA + 5,2381%	15/07/2042	316.721	307.468
Juros sobre debenture			7.532	7.375
Custo de aquisição de debênture			(3.445)	(3.588)
			320.808	311.255
Circulante			9.941	15.446
Não circulante			310.867	295.809

b) Movimentação de debêntures

	Saldo em 31/12/2021	Despesa de Juros	Encargos	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 31/12/2022
Debêntures	311.255	34.038	143	(8.336)	(16.292)	320.808
Total	311.255					320.808
Total circulante	15.446					9.814
Total não circulante	295.809					310.994

A Companhia realizou a segunda emissão de debênture, em dezembro de 2019, não conversíveis em ações e com garantia real e garantia fidejussória adicional, com amortização do valor nominal unitário atualizado, em 42 (quarenta e duas) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 29 (vinte e nove) meses, contado a data de emissão, sendo a primeira parcela vincenda em janeiro de 2022 e a última em julho de 2042 remunerada pela taxa IPCA +5,2381% a.a..

Em setembro de 2022 o Pentágono emitiu o Termo de Liberação de Garantias ("TLG") extinguindo a Companhia das obrigações relacionadas as seguintes cartas fiança: nº 6100119-A ("Carta de Fiança ABC Brasil"), nº 180416319 ("Carta de Fiança Santander") e nº 000119110020300 ("Carta de Fiança Itaú), todas com vencimento em 22/11/2022, de acordo com o Contrato de Prestação de Garantia ("CPG") firmado em novembro de 2019 entre a Companhia e os fiadores bancos: Itaú Unibanco, Banco Santander (Brasil) e Banco ABC Brasil

Em 31 de dezembro de 2022, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (*covenants*). Os vencimentos das parcelas, desconsiderando o custo de aquisição estão distribuídos como segue:

	31/12/2022
2023	9.990
2024	10.406
2025	10.822
2026	11.238
2027 a 2042	281.796
	324.253

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Partes relacionadas

a) Dividendos a pagar

	Saldo em 31/12/2021	Dividendos propostos	Pagamentos de dividendos	Saldo em 31/12/2022
V2I Energia S.A.	572	259	(45)	786
Total	572	259	(45)	786

b) Mútuo - ativo

A Companhia durante o exercício de 2022 concedeu um mútuo com a sua controlada Vineyards Participações correspondente ao valor R\$ 11 e foi baixado com dividendos no mesmo exercício.

c) Mútuo - passivo

A Companhia durante o exercício de 2021 adquiriu um mútuo com a sua controlada Vineyards Participações correspondente ao valor R\$ 1.106, que foi integralmente liquidado em 01/2022.

11. PIS/COFINS diferido

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de ativo de contrato	17.490	61.741
Receita diferida - Gross up	17.490	61.741
Total PIS/COFINS diferido	(1.618)	(5.711)
Saldo final do ativo de contrato	444.583	454.527
Alíquota tributária (i)	3,65%	9,25%
PIS/COFINS Diferido	(16.227)	(41.968)

- (i) A Companhia em 2022 resolveu alterar a forma de tributação de lucro real para lucro presumido para o ano seguinte, e conforme o CPC 32 "uma alteração na situação fiscal de uma entidade ou de seus proprietários pode ter um efeito imediato nos passivos ou ativos fiscais correntes da entidade". Os ajustes no valor a pagar de pis e da cofins foram feitos em 31/12/2022 no montante de R\$ 27.359.

PIS e COFINS

O PIS e COFINS, são calculados sobre os valores de receitas do Ativo de Contrato, e são revertidos quando a companhia reconhece a RAP (receita anual permitida).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. PIS/COFINS diferido--Continuação

A movimentação de PIS e COFINS está demonstrada a seguir:

Saldo inicial dos impostos diferidos	(41.968)
Impostos calculados	(1.693)
Impacto da mudança tributária (i)	27.434
Saldo final dos impostos diferidos	(16.227)
PIS/COFINS – Curto Prazo	(1.503)
PIS/COFINS – Longo Prazo	(14.724)

(i) A Administração realizou um estudo e resolveu mudar a tributação de lucro presumido para o lucro real, sem a expectativa de retorno, com isso foi necessário realizar o recálculo do gross-up onde alterou os saldos das contas de ativo de contrato e de passivo fiscal diferido.

12. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro real, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro real		
Resultado antes do IRPJ/CSLL	8.406	10.009
Adições/Exclusões		
Receita do ativo de contrato	(60.030)	(91.328)
Receita do ativo de contrato (Realizado)	42.540	29.587
Custo de construção	7.925	20.587
Custo de construção (realizado)	(2.735)	(2.735)
PIS diferido	301	1.544
COFINS diferido	1.392	7.112
Total dos ajustes temporários	(10.607)	(35.233)
Exclusões permanentes	-	(732)
Resultado fiscal	(2.201)	(25.956)
IRPJ sobre prejuízo fiscal	550	6.489
IRPJ sobre ajustes temporários	(2.652)	(8.808)
CSLL sobre prejuízo fiscal	198	2.336
CSLL sobre ajustes temporários	(955)	(3.171)
Total IRPJ/CSLL diferido	(2.859)	(3.154)
Impacto pela mudança tributária (i)		
Saldo do ativo de contrato	444.583	454.527
Base presunção IRPJ 8%	35.567	-
Total IRPJ lucro presumido	(8.892)	-
Base presunção CSLL 12%	53.350	-
Total CSLL lucro presumido	(4.801)	-
IRPJ/CSLL - Lucro presumido	(13.693)	-
Saldo inicial dos impostos diferidos	(32.535)	-
Impostos calculados no ano	(2.859)	-
Impacto dos impostos diferidos	21.701	-
Total de IRPJ/CSLL	18.842	(3.154)

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido-- Continuação

- (i) A Companhia em 2022 resolveu alterar a forma de tributação de lucro real para lucro presumido para o ano seguinte, e sem expectativa de retorno., e conforme o CPC 32 "uma alteração na situação fiscal de uma entidade ou de seus proprietários pode ter um efeito imediato nos passivos ou ativos fiscais correntes da entidade". Os ajustes no valor a pagar de imposto de renda e da contribuição social foram feitos em 31/12/2022 no montante de R\$ 21.701.

12.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Despesa de IRPJ e CSLL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferido, são calculados sobre os valores de receitas do Ativo de Contrato, e são revertidos quando a companhia reconhece a RAP (receita anual permitida).

A movimentação de IRPJ e CSLL está demonstrada a seguir:

Saldo inicial dos impostos diferidos	(32.535)
Impostos calculados	(2.859)
Impacto da mudança tributária	21.701
Saldo final dos impostos diferidos	(13.693)
Impostos diferido – Curto Prazo	(1.269)
Impostos diferido – Longo Prazo	(12.424)

13. Contingências

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

13.1 Possíveis

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui 6 (seis) processos contingentes trabalhistas avaliados como probabilidade possível, totalizando o valor de R\$510, baseado no parecer emitido pelos advogados portanto não foram provisionados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Contingências--Continuação

13.2 Provéveis

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão (a)	6.747	-
Total	6.747	-
Total circulante	-	-
Total não circulante	6.747	-

(a) A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

14. Patrimônio líquido

Capital social

Em 26 de maio de 2021, a Companhia passou a ser subsidiária integral da Vineyards Participações S.A., após o processo de reorganização societária realizada pela controladora anterior e atual controladora indireta Sterlite Brazil Participações S.A. Posteriormente a essa data efetivou-se a alteração societária de controle de companhia concessionária do serviço público de transmissão, com a formalização dos devidos documentos, no qual transfere as ações do Grupo Sterlite para V2i Energia S.A, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, rua Avenida Pasteur, 110 - 9º andar.

Em 2022 sua acionista direta passou a ser a V2i energia S.A com 100%, desse percentual 82,30% foi adquirido em 13 de maio de 2022 e 17,70% em 30 de novembro do mesmo ano.

Ainda no mesmo ano, no dia 21 de dezembro de 2022 a companhia passou a ser subsidiária integral da V2I Energia S.A, após o processo de reorganização societária, onde a Vineyards Participações S.A foi incorporada.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é representado por ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00 cada.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
V2I Energia S.A	65.010.641	65.011	100%	65.010.641	65.011	100%
	65.010.641	65.011	100%	65.010.641	65.011	100%

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	27.247	6.855
Reserva legal 5%	1.362	343
Reserva legal anos anteriores	3.735	3.392
Reserva legal do ano	1.362	343
Total	5.097	3.735

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 1%, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	27.247	6.855
(-) Reserva legal 5%	(1.362)	(343)
Base para dividendos	25.885	6.512
Alíquota	1%	1%
Dividendos propostos	259	65

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	27.247	6.855
Reserva legal 5%	(1.362)	(343)
Dividendos	(259)	(65)
Reserva de Lucro	25.626	6.447
Movimentação da reserva de lucro		
Saldo inicial	61.677	55.230
Dividendos intercalares	(36.000)	-
Constituição da reserva de lucro	25.626	6.447
Total	51.303	61.677

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Patrimônio líquido--Continuação

Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro do exercício	27.247	6.855
Lucro por ação	0,4191	0,0105

15. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita anual permitida	42.540	33.172
Receita de remuneração do ativo de contrato	17.490	61.742
Receita CDE	1.922	1.037
Receita CCT	1.544	641
Encargos do consumidor	(656)	(333)
PIS sobre faturamento	(1.048)	(1.594)
COFINS sobre faturamento	(4.826)	(7.341)
Total	56.966	87.324

16. Custo de implementação da infraestrutura

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo com serviços tomados	(2.929)	(2.976)
Custo com construção	(7.925)	(20.587)
Demais custos	(277)	(125)
Total	(11.131)	(23.688)

17. Despesas gerais e administrativas

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas com pessoal	(5)	-
Serviços de terceiros tomados	(1.771)	(1.672)
Outras despesas operacionais	(839)	(1.570)
Total	(2.615)	(3.242)

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Juros e variações monetárias (i)	(34.054)	(44.305)
IOF, comissões e taxa	(5.889)	(8.559)
Multa e acréscimos moratórios	(56)	(1)
Outras despesas financeiras	(12)	(118)
Despesas financeiras	(40.011)	(52.983)
Receita com aplicação financeira	5.450	2.598
Outras receitas financeiras	(254)	-
Receita financeira	5.196	2.598
Resultado financeiro, líquido	(34.815)	(50.385)

- (i) Do valor de despesa de juros, em 2022, R\$ 34.038 (R\$ 44.035 em 2021) refere-se a juros e atualização sobre as debentures e outras movimentações no montante de R\$ 16 (R\$0 2021).

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui também um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública.

	Modalidade	Importância segurada (Milhões R\$)	Período de Vigência
Axa Seguros (a)	Seguro Garantia	19,7	2 de ago de 2017 até 8 de mai de 2023
Swiss Re (b)	Riscos Operacionais	58,6	20 de dez de 2021 até 20 de jan de 2023
Swiss Ree (c)	Responsabilidade Civil	30	20 de dez de 2022 até 20 de dez de 2023

- (a) A Companhia possui apólice emitida pela Axa Seguros, para cobertura de Seguro garantia e seu Limite máximo de indenização é de R\$19,7 milhões e um prêmio anual de R\$ 1.367;
- (b) Também possui apólices emitidas pela Swiss Re, referentes a Riscos Operacionais tendo um limite máximo de indenização de R\$58.6 milhões e um prêmio anual de R\$ 222.643;
- (c) A Companhia possui um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços. Limite máximo de indenização de R\$ 30 milhões e um prêmio anual de R\$ 38.730.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	2	5.246	4.187
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	Nível	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	2	28.261	60.796
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2022	31/12/2021
Debênture	2	320.808	311.255
Fornecedores	2	1.658	3.857

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- **Nível 1** — preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- **Nível 2** — preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- **Nível 3** — ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

20.1 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos de preço

As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL.

c) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Riscos de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.2 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

21. Evento subsequente

A Companhia não possui eventos subsequente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

*

*

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serratto
Diretor de Operações

Responsável técnico pelas informações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9